

DA TERRA AO MAR: CARTAGENA DE INDIAS NO INÍCIO DO SÉCULO XVIICarlos Guilherme Rochaⁱ**RESUMO**

Não podemos entender o auge de Cartagena de Indias - as quatro primeiras décadas do século XVII - no mundo colonial espanhol, se não entendermos as relações políticas, econômicas e sociais, entre a província, a cidade e o porto. Este artigo tem como objetivo traçar as linhas gerais destas três dimensões de Cartagena e suas relações. Tratamos das mudanças ocorridas na transição do século XVI para o XVII, e da importância da região para o universo ultramarino hispânico no período em questão.

Palavras-chave: Cartagena, século XVII, colônia

Introdução: Cartagena, a província, a cidade e o porto

Em 1533, o madrilenho Pedro de Heredia escrevia à Coroa Espanhola anunciando a conquista de mais um território no Novo Mundo e fundação da cidade de Cartagena de Indias. O núcleo inicial da cidade se levantou na ilha de Calamar, aproveitando-se de uma ocupação indígena existente. Era uma ilha arenosa, de aproximadamente duas léguas e meia de comprimento por uma de largura. A Heredia foi concedido, como era comum aos primeiros conquistadoresⁱⁱ, o direito a governar a província, que recebeu o mesmo nome da cidade por ele fundada. Assim começa a história de Cartagena de Indias.

Cidade e província desde seu início estiveram intimamente relacionadas. A imbricação dessas divisões político-administrativas faz com que seja impossível falar da província sem falar da cidade e vice-versa.

Favorecidas pela grande população indígenaⁱⁱⁱ, as principais atividades econômicas da região durante os seiscentos foram a exploração do ouro e a *encomienda*, tendo o milho como principal produto agrícola para a exportação.^{iv}

A relação entre província e cidade se fez ainda mais próxima no início do século XVII por um fator, o porto. Desde a fundação da cidade/província o porto de Cartagena apontava ótimas condições de uso, mas apenas nos anos finais do século XVI o potencial portuário foi largamente utilizado. Fato que mudou completamente a configuração de Cartagena, da cidade e da província, neste momento, ainda mais próximas.

Assim, propomos apontar aspectos gerais e as relações entre as três dimensões de Cartagena – porto, cidade e província – no início do século XVII.

O porto

A distância entre o porto e a cidade, antes um problema, tornou-se a grande arma de Cartagena no final do século XVI, o potencial defensivo era extraordinário.^v Chaunu reforça a vantagem geográfica de Cartagena como porto. O historiador francês, grande estudioso da *Carrera de Indias*, mostra que o potencial defensivo não servia só a cidade, mas para toda região do Caribe. Cartagena era o principal centro de abastecimento de toda a América do Sul e o centro da navegação caribenha de cabotagem. Chaunu, apontando a importância da cabotagem intra-americana, diz que esta mantinha uma relação de solidariedade com o comércio atlântico, ou seja, o istmo panamenho, de onde partiam as frotas reais, dependia do abastecimento provido por Cartagena. Esta era de suma importância para o Atlântico Hispânico, o Istmo do Panamá, na verdade, começava em Cartagena^{vi}, que por tal importância era um dos quatro portos americanos habilitados a participar da *Carrera de Indias* (juntamente com Havana, Vera Cruz e Nombre de Diós/Portobelo).

Como chama a atenção Maria Borrego Plá, o alto volume de entradas e saídas do porto de Cartagena não pode ser confundido com seu potencial produtivo e de consumo, mas representava a importância do porto como entreposto comercial, responsável por todas as trocas envolvendo *Tierra Firme* e Novo Reino de Granada.^{vii}

Mesmo sua privilegiada posição defensiva não impediu que Cartagena fosse alvo de ataques, e muitas vezes uma preza fácil. Os piratas foram figuras frequentes naqueles mares durante todo século XVI. Destacam-se as invasões dos ingleses John Hawkins (1569) e Francis Drake (1586). Este histórico de constantes ataques de corsários provocou uma dupla reação: em primeiro, demanda, de todos os grupos da elite de Cartagena – clero, *cabildo*, encomenderos, comerciantes, autoridades reais –, por construções e ações defensivas que partissem da Coroa; em segundo, um medo constante, uma psicose, de ataques piratas tomava conta de todos os *cartageneros*, qualquer notícia que indicasse possibilidade de uma invasão causava tumulto na cidade, como em 1623 e 1630.^{viii}

As fortificações quinhentistas de Cartagena eram extremamente frágeis, drenavam grande parte dos rendimentos da região e não tinham a eficiência prevista, mal resistiam aos ataques dos corsários, tanto que nada se conservou até o século XVII. Apenas no início do século XVII, devido à crescente importância de Cartagena para o Caribe e Atlântico, a Coroa, a partir do reinado de Felipe II, passou a investir na construção das fortificações e muralhas, da baía e da *plaza*. Em 1601, o governador Jerónimo de Suazo em carta ao Conselho de Índias avisava que “V.M. tiene treinta y tantas piezas de artillería [canhões] en esta ciudad y puerto

que son suficientes y bastantes”.^{ix} Anos depois o governador Francisco de Murga dizia que uma *plaza* como a de Cartagena, com tamanha muralha e porto, não poderia estar servida com menos que 60 ou 70 canhões, mas não possuía metade disto^x, o que nos mostra o rápido crescimento da cidade e de suas necessidades defensivas. O *cabildo* também fazia constantes apelos à Coroa para a defesa do porto.^{xi} Os problemas defensivos eram ainda muitos. Como no caso das *galeras*. Em 1601, o governador Jerónimo de Suazo já avisava de seu péssimo estado.^{xii} Na década de 1620, um projeto de construção de novas *galeras* foi feito por ordem do governador García Girón e aceito pela Coroa^{xiii}, mas por falta de recursos a construção das embarcações não saiu do papel. Poucos anos depois, em 1630, outro governador considerou as *galeras* inúteis, pois seu uso era impossível.^{xiv}

A importância de Cartagena era cada vez maior. A partir de 1610 as toneladas das remessas – incluindo metais preciosos – das *Indias* para a Coroa entraram em declínio. Mas o comércio com o porto de Cartagena continuava a crescer. Antonio Vidal Ortega, através de largo levantamento, mostra que Cartagena não sofreu com a crise de mineração do século XVII do Novo Reino de Granada, e como as remessas de Cartagena nas frotas continuaram a crescer até o início da década de 1640, tendo seu auge na década de 1630.^{xv}

O crescimento em importância do porto no século XVII se deveu principalmente a um fator, o tráfico de escravos africanos. Dois são os principais motivos para tal. Primeiro, a grande população indígena *cartagenera* entra num catastrófico declínio, assim como na grande maioria das regiões ocupadas pelos espanhóis. A outra razão foi a defesa dos nativos, que tinha como seu maior expoente Frei Bartolomé de las Casas, que passou a influenciar a política da Coroa para as *Indias*, o que impedia a exploração anárquica do trabalho indígena por parte dos colonos. Era então necessário repor esta mão-de-obra. Assim, navios vindos do norte da África passaram a fazer parte da paisagem de Cartagena. Junto com os navios e os escravos, vêm os comerciantes lusos, que dominavam dito tráfico. Contrabandistas estrangeiros – ingleses, franceses, alemães, etc. – também voltam suas atenções para Cartagena, já que comercializar em Cartagena era comercializar com a América Hispânica.

Assim, mesmo com uma série de proibições, os estrangeiros foram figuras comuns em Cartagena, seja por meio de licenças especiais ou clandestinamente. Formalmente a Coroa era contrária à residência de estrangeiros nas suas colônias, mas de fato, segundo Enriqueta Vila Vilar, havia uma larga tolerância, pois o bom estado das *Indias* muito dependia de ofícios exercidos por eles, como comerciantes ou médicos.^{xvi} Já Julián Ruiz Rivera diz que a Coroa, vendo a importância de Cartagena, tentou combater intensamente, por meio dos oficiais e governadores, os estrangeiros que comerciavam ilegalmente na cidade.^{xvii} Nem tanto ao mar,

nem tanto a terra, o combate ou a permissividade aos estrangeiros variaram bastante ao longo dos anos, a situação poderia se modificar de acordo com os administradores de momento.

O importante a ser aqui ressaltado é a composição da população local. Negros, índios, alemães, portugueses, ingleses e espanhóis. Os processos de interação foram intensos, e não poderia ser diferente numa sociedade tão marcada pela multiculturalidade, o contato com o outro, com diversos “outros”, era uma experiência nova para a grande maioria. Baseando-se em Michel de Certeau, Martha Martelo fala da construção das práticas cotidianas em Cartagena, na qual os habitantes de distintas origens desenvolviam estratégias para que suas histórias pessoais, seus hábitos de vida, suas pré-disposições se adaptassem a uma nova estrutura imposta sem ameaçá-la, “recontextualizando los espacios y produciendo realidades sociales y culturales nuevas”.^{xviii} Cartagena, por seu porto, era a Babel das *Indias*.

A cidade

Entrava o século XVII e a cidade vivia do porto, dependia do porto, era o porto, ao contrário do século XVI, quando estava intimamente ligada a terra. Não apenas a diversidade de povos aumentava, mas quão maior a importância de Cartagena enquanto porto maior era sua população, sua prosperidade econômica e sua importância política.

O crescimento da população branca de Cartagena entre o final do século XVI e o início do XVII é mostrado por Adolfo Meisel e María Aguilera^{xix}, que a partir do número de *vecinos*^{xx} chegaram aos seguintes números:

Ano	População
1565	1.000
1630	6.000
1684	7.341
1709	4.556

Baseando-se nos mesmos dados, Francisco Solano aponta os seguintes números para a área de jurisdição da *audiencia* de Santa Fe^{xxi}:

Ano	Vecinos
1580	2.114
1630	6.850

Assim percebe-se o grande crescimento da população de Cartagena, que na segunda metade do século XVI tinha pouco mais de 10% da população do Novo Reino de Granada, e em 1630 contava com pouco menos de um quarto da população neogranadina.

Na contramão deste crescimento fica evidente o já citado declínio da população indígena. Em meados do século XVI, segundo María Borrego Plá, as *encomiendas* dos *vecinos* de Cartagena teriam 2.653 índios *tributários*^{xxii}, o que indicaria uma população total de aproximadamente 10 mil índios.^{xxiii} Já em 1610, segundo cálculos de Julián Ruiz Rivera, Cartagena contava com apenas aproximadamente 3.180 indígenas em suas *encomiendas*^{xxiv}, número muito inferior aos mais de 120 mil índios das regiões centrais do reino, Santa Fé e Tunja, para o mesmo período.^{xxv} Fica claro aí como a população *cartagenera* responde a sua atividade hegemônica, enquanto a cidade se volta para o oceano dá as costas a terra. No século XVII o porto domina, a *encomienda* define. Este declínio da *encomienda* e da população indígena no século XVII talvez explique os vários relatos sobre a miséria e despovoamento da cidade, e de uma região que muito pouco produziria. A região de fato não produzia muitos bens, apenas o suficiente para subsistência, principalmente com o declínio da *encomienda*.

A principal atividade então passou a ser o trato de escravos. Escravos, que em 1550 eram 841, passaram a milhares com a ascensão do tráfico. Entre 1590 e 1610 aproximadamente 45 mil escravos desembarcaram em Cartagena. A grande maioria, como ocorria com os demais produtos, foi repassada a outras regiões. Mas isto não quer dizer que Cartagena não tenha retido parte desta população, era comum que mesmo os habitantes menos ricos, como os que viviam no bairro de Getsemaní, tivessem um escravo para auxiliar nos ofícios. Além disso, possuir escravos era símbolo de distinção social na sociedade *cartagenera*, não eram raros os que possuíam 14 ou 15 apenas para realizar serviços domésticos. Para 1687 os dados indicam 5.700 escravos na cidade, período em que a cidade já declinava.^{xxvi}

De seus aproximadamente 6.000 habitantes em 1630, 184 eram estrangeiros^{xxvii}, uma considerável parcela da população. Enriqueta Vila Vilar ainda aponta que 156 desses eram os que de fato eram residentes na cidade, sendo que 28 estavam apenas *de paso*, o que mostra que a cidade tinha grande população flutuante de estrangeiros. Muitos ficavam poucos dias apenas para negociar e outros que desembarcavam em Cartagena para ter acesso a outros lugares. Dos 184 a grande maioria era de portugueses, 154. Daí a grande importância dos lusitanos para a cidade, chegando alguns a ocupar posições importantes, como compor o *cabildo*. Os portugueses tinham, em geral, atividades relacionadas ao mar – marinheiros,

comerciantes e mercadores de escravos. Os dados inquisitoriais reforçam o grande volume de estrangeiros na cidade. O levantamento realizado por Fermina Alonso indica que durante todo século XVII foram 155 os estrangeiros processados pelo Tribunal do Santo Ofício de Cartagena, sendo 78 portugueses, 57 destes acusados de judaísmo^{xxviii}, assim, entende-se porque, naquele contexto, “judeu” e “português” eram quase termos sinônimos.

Duas grandes praças eram pontos marcantes no centro da cidade, a *Plaza Mayor* era a principal, era o grande centro social de Cartagena. Era o local dos passeios, conversas, socializações em geral. Também nesta se localizavam os prédios da catedral, o edifício do *cabildo* e casa do governador, o hospital^{xxx} e onde a Inquisição pretendia instalar seu Tribunal^{xxx}. Por ser o centro administrativo também eram realizadas lá as grandes cerimônias públicas, como as procissões, entradas oficiais, e o auto-de-fé do Tribunal do Santo Ofício. Havia também a *Plaza del Mar*, a do porto, onde estava a *Casa de la Aduana*, eram realizados os desembarques e feitos os negócios.^{xxxi} Nesta *plaza* também eram realizadas as festas populares.^{xxxii} As *plazas*, por sua característica de centro de sociabilidade, foram os palcos dos grandes confrontos entre as autoridades *cartageneras*, nestes locais o poder era posto à prova. Na estrutura social da América Hispânica a etiqueta, o ritual e as ações públicas eram fatores determinantes nestas disputas por poder e prestígio, já que a opinião do povo, na ausência do poder real, atuava muitas vezes como árbitro.^{xxxiii}

Apenas no início do século XVII, dado o crescimento populacional da cidade, ocupou-se o bairro de Getsemaní, em outra ilha, unido ao centro antigo por uma ponte.^{xxxiv} Até então em Getsemaní não havia sequer ruas, apenas contava com o matadouro e o convento de São Francisco.^{xxxv} Este bairro era a periferia de Cartagena, ocupado pelos estratos mais baixos da sociedade. Em carta ao Conselho o governador Murga relata a precariedade de Getsemaní, que não contava sequer com uma capela.^{xxxvi} Os estrangeiros não abastados, como os marinheiros, foram figuras que compuseram a população deste bairro.

Os hospitais eram três: San Sebastián, o primeiro, construído no século XVI, administrado pela ordem de São João de Deus, localizado no centro urbano; o do Espírito Santo, de 1603, de Getsemaní; e o de San Lázaro, que tratava dos leprosos, de cuidado do *cabildo*, que teve sua obra iniciada em 1615, sua construção foi necessária devido ao número crescente de pessoas atingidas por esse mal na região.^{xxxvii}

Em 1610 foi fundado na cidade o Tribunal do Santo Ofício da Inquisição. Até tal data o tribunal de Lima tinha jurisdição sobre toda Nova Granada, mas sua ação efetiva sobre tão ampla área era impossível. Dado este problema muitos foram os pedidos para que um terceiro tribunal fosse implantado nas *Indias* (já havia além do limenho o Tribunal do México).

Cartagena foi escolhida por sua facilidade de comunicação tanto com as ilhas caribenhas quanto *Tierra Firme*.^{xxxviii}

A cidade crescia rápido e muitos eram os pedidos das autoridades locais à Coroa. O *cabildo* demandava uma nova casa para si, um cárcere adequado, um novo matadouro e reformar o hospital de San Lázaro.^{xxxix} O Tribunal da Inquisição também pedia constantemente que lhe fosse enviado dinheiro para a aquisição um novo prédio para desenvolver seus trabalhos, já que sua sede era provisória e incômoda – e assim permaneceu até o final do século.^{xl} Os governadores não ficavam atrás, grande parte de suas correspondências ao Conselho de Índias eram recheadas de pedidos por melhoras. Além das fortificações, pretendiam a reforma do antigo hospital, construção de novos edifícios e reforma urgente da igreja catedral.^{xli}

No entanto, muitos avanços já eram perceptíveis. A partir do século XVII a cidade, impulsionada pelo crescimento demográfico e pela intensa atividade do porto, estabeleceu uma nova rede de serviços, pequenas lojas, armazéns, hospedarias e alojamentos. Profissionais recém formados na Europa, como boticários, advogados e médicos passaram a buscar Cartagena para iniciar a vida profissional. Também neste mesmo período a pedra foi incluída como material base nas construções dos principais edifícios e casas mais importantes.^{xlii}

A administração municipal era função do *cabildo*, instituição ibérica transplantada às *Índias*, pela qual os *vecinos* poderiam se representar diante da Coroa. Cabia ao *cabildo* cuidar da cidade, administrar seus bens, polícia e urbanismo, ou seja, buscar o bem comum dos habitantes da cidade.^{xliii} Os membros do *cabildo*, os *regidores*, deveriam ocupar cargos específicos no *cabildo*, como o de *alcade* – que eram dois –, o principal posto, que exercia jurisdição civil e criminal de primeira instância. Outro posto importante era o de *alférez*, que além de ser o substituto direto de algum dos *alcades* em caso de ausência destes, tinha grande importância simbólica. O *alguacil mayor* era responsável pela detenção de malfeitores e pelo cumprimento de ordens sobre a segurança pública, deveria denunciar pecados públicos e ilegalidades, também era sua função realizar rondas noturnas, com ajudantes, os *alguaciles menores*. Por último, o *procurador general* que defendia os direitos do *cabildo* diante da audiência e demais tribunais da Coroa.^{xliv}

Os membros do *cabildo* eram escolhidos pelo *cabildo* anterior, assim proporcionando a reprodução das elites locais na administração municipal. Mas isso não impediu que houvesse ao longo do tempo mudanças nos grupos dominantes no interior da instituição. O setor *agroganadero* (encomenderos) dominou o *cabildo* durante todo o século XVI, se utilizou de

seu poder nessa instância em benefício próprio, como para explorar de forma abusiva a mão-de-obra indígena. Com crescimento da atividade comercial ultramarina, há uma redistribuição das forças na cidade, de forma que os encomenderos, hegemônicos no século XVI, passaram a força minoritária no século XVII. Indivíduos de outros setores começaram a compor o *cabildo*, dentre estes alguns dos muitos *vecinos* estrangeiros.^{xlv} Isto se deveu não só à mudança nas atividades econômicas, mas também à intervenção da Coroa. Esta procurava impedir que encomenderos, militares e homens de grande comércio não ocupassem os principais cargos do *cabildo*^{xlvi}, o objetivo eram impedir que *vecinos* não reunissem poderes.

Uma das maneiras da Coroa intervir no *cabildo* foi através da figura do governador da província. No século XVII em grande parte da América Hispânica, pouca autonomia tinha a instância municipal frente ao poder do governo provincial. O poder do governador, autoridade política e militar da província, era ainda maior em cidades estratégicas, como Cartagena. Exemplo disto é que o governador, enquanto presidente do *cabildo*, tinha poder para censurar a correspondência deste, evitando assim que os *regidores* municipais fizessem críticas a seu governo diante das instâncias mais altas da administração colonial.^{xlvii} O governador, apesar de presidir o *cabildo*, não tinha direito a voz e voto, pelo menos em teoria, porque na prática eram constantes as intervenções do governador nas votações e decisões dos *regidores*.^{xlviii}

A província

A leste o rio Magdalena, a oeste o Darién, ao sul as serras de Ayapel y San Lucas, estes eram os limites jurisdicionais da *governación* fundada por Heredia, limites que foram pontos de disputa durante todo século XVI.^{xlix} Cartagena era uma província *menor*, ou seja, administrada por um governador - *gobernador* -, que fazia a primeira instância judicial, mas podendo recorrer-se a *audiencia* como segunda instância.¹ Além da cidade homônima, cabeça da província, mais três vilas compunham a província, Tolú, Mompox e María.

Desde 1549 a *audiencia* responsável por Cartagena era a de Novo Reino de Granada, em Santa Fé. Esta se encontrava a mais de 1.000 km terra adentro, sua fundação tão distante do mar tinha como objetivo facilitar a comunicação entre o Peru e o Caribe. O que aconteceu foram as enormes dificuldades de comunicação entre a *audiencia* e a Coroa, tanto que ao longo de todo período colonial surgiram constantes propostas para que a *audiencia* se estabelecesse em Cartagena.^{li} Maria Borrego Plá minimiza as dificuldades de comunicação entre Santa Fé e Cartagena, segundo ela o uso do rio Magdalena foi importante meio de ligação entre as cidades, não só para a administração colonial como também para a economia

da região.^{lii} Julián Rivera, no entanto, indica que o Magdalena antes de uma solução definitiva era apenas um paliativo, e que as dificuldades de comunicação foram apenas um pouco aliviadas com a utilização da via fluvial.^{liii}

No século XVII os governadores, segundo as leis das *Indias*, deveriam ser nomeados pelo rei. Também eram indicados como capitães-gerais - *capitanes-generales* - da província. Assim, além de administrar a justiça em primeira instância também deveriam dirigir as milícias locais. Por conta da necessidade de constante defesa e eminência de ataques, no início do século XVII, *maestres de campo* – título militar – se sucederam como governadores de Cartagena. O governador tinha enorme importância social também, já que presidia junto ao bispo os atos públicos e era figura de grande influência em toda província.^{liv}

Tenentes de governador - *tenientes de gobernador* - eram as segundas autoridades da província, substituindo, quando preciso, ao governador. Além de Cartagena, havia também um tenente em cada vila, que atuava como representante do governador e dando notícia a este sobre o que ocorria em cada uma delas. Para auxiliar aos governadores, que a partir do final do século XVI eram quase sempre homens de espada, os tenentes deveriam ser homens de letras. Maria Carmen Borrego Plá destaca que pouco se sabe sobre os tenentes, já que a documentação referente a estes é muito escassa.^{lv}

A partir dos seiscentos, além do combate ao empoderamento dos encomenderos e do constante atrito com o *cabildo*, uma das principais preocupações do governo provincial foi a questão religiosa, envolvendo pacificação e conversão dos índios da região. Alguns governadores estiveram sempre muito atentos aos excessos cometidos pelos missionários responsáveis por cuidar dos nativos, indicavam que os doutrinários estavam mais preocupados em explorar e usar dos indígenas do que realizar as conversões.^{lvi} Mas o mais comum eram os elogios às ordens religiosas e ao trabalho realizado pelos doutrineiros, como no caso de don Diego Vellasco, que além de falar dos bons costumes e trabalhos realizados pelos dominicanos, pediu à Coroa para que financiasse a obra da capela desta ordem.^{lvii}

A relação entre governadores e outras autoridades coloniais seguia esta tônica, revezamento entre momentos de apoio e elogio, e situações de choque e crítica. No correr das primeiras décadas do século XVII os embates envolvendo o governo provincial se deram também com o bispado e o Tribunal do Santo Ofício.

Os embates entre estas instituições também marcaram o começo de século em Cartagena. Destaca-se a relação do bispado com a Inquisição. A fundação do Tribunal inquisitorial em Cartagena significou uma enorme perda de poder dos bispos da província. Estes, cientes da situação, colocaram-se muitas vezes ante a população como inquisidores, ou

proferiam discursos contra a Inquisição, como falar que era melhor que os fiéis se confessassem a eles do que com a áspera e dura Inquisição.^{lviii}

A presença de oficiais reais também é marcante em Cartagena. Por sua condição de grande porto, era necessária também uma rígida fiscalização. Ao contrário do que acontecia na metrópole, onde os cargos eram arrendados, nas *Índias* os oficiais eram de fato funcionários reais, numa tentativa de fazer valer as reais intenções da Coroa de garantir o monopólio comercial das *Índias*. O recolhimento dos tributos e impostos era monopólio da *Caja Real*, sendo o principal deles os *almojarifazgos* (direito pago à Coroa sobre qualquer produto comercializado em solo desta). Por isso o *tesorero* e o *contador* eram figuras de grande prestígio social^{lix}, entrando muitas vezes em conflitos com as demais autoridades locais, como *regidores*, governador e inquisidores.

A frequência dos conflitos entre autoridades em Cartagena se explica pela importância do porto, que demandava assim um largo quadro de funcionários de diversas instituições. E como explica John Elliott, as disputas e embates entre os funcionários reais, principalmente por questões jurisdicionais, antes de um problema, serviam ao maior controle da Coroa sobre as *Índias*, pois estas autoridades controlariam deste modo umas as outras, limitando suas ações e garantindo a posição de comando por parte da Coroa.^{lx}

Portanto, o que fez com que a Coroa tivesse grande atenção sobre Cartagena não eram esses choques, mas sim a busca por metais preciosos e o monopólio de seu comércio, seguindo assim um de seus imperativos.^{lxi} Isto fica claro nas cédulas reais e correspondência enviada às autoridades de Cartagena, como na carta enviada pelo Conselho de Índias, em nome do rei, aos fiscais da *caja real*, quando os elogia pelo zelo e “defensa de los negocios y causas de mi real hacienda”.^{lxii} Os fiscais deveriam dar conta de todos os bens que entravam no porto, e nisso contavam com o auxílio dos governadores. Estes deveriam escrever constantes relatos à Coroa sobre a atuação fiscal no porto, confirmando envios, avisando das frotas e armadas que por lá passavam, e sobre as eventuais perdas de navios.^{lxiii} É interessante notar como, neste sentido, era eficiente a comunicação de Cartagena com todo o Império colonial hispânico, os governadores de Cartagena noticiavam fatos ocorridos há pouco tempo em diversas regiões da colônia, próximas como Panamá e Santo Domingo, ou mesmo longínquas tal como Lima e mesmo Pernambuco. Portanto, além de sua importância comercial, Cartagena era central para a administração colonial.

Palavras finais

A virada do século XVI para o XVII em Cartagena é muito mais que um marco cronológico, foi marco de um novo tempo. A acanhada cidade do século XVI tornou-se o principal entreposto comercial do Caribe no século XVII. As primeiras décadas do século XVII foram para Cartagena seus anos de ouro.

Cidade, província e porto se completavam e se confundiam, tanto na política quanto na economia. Os inúmeros conflitos jurisdicionais entre as autoridades *cartageneras* foram, em grande parte, causados pela interdependência e interligação destas dimensões.

A imbricação das dimensões de Cartagena também teve seus benefícios, como a defesa da praça. Apesar de seus enfrentamentos internos, a elite de Cartagena bem soube cuidar de seus interesses comuns, e assim mesmo com constante medo de ataques – herança do século anterior –, as décadas iniciais do século XVII foram marcadas pela segurança da região, com êxito no combate aos invasores, fruto de investimento tanto da Coroa quanto de particulares.

Um novo estilo de vida acompanhou o crescimento demográfico e a afluência material. As transformações ocorridas nessas décadas deixaram suas marcas nos indivíduos, os modos de pensar, agir e sentir – os *habitus* – se reorganizaram frente à nova estrutura social.^{lxiv}

Após 1640, a situação é de declínio, a Restauração Portuguesa e a conseqüente proibição de portugueses negociando em águas caribenhas, a intensificação da crise econômica em Castela e a queda na exploração colonial são alguns dos motivos dessa nova situação. Apenas no início do século XIX Cartagena retomará sua posição de protagonista, quando lidera o movimento de independência no Novo Reino de Granada.

NOTAS

- i ¹ Graduando em História pela Universidade Federal de São João del-Rei – carlosguity@yahoo.com.br – Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0016318275730883>.
- ii ELLIOTT, John. *Empires of the Atlantic World: Britain and Spain in America (1492-1830)*. Londres: Yale University Press, 2007, p. 123.
- iii CHAUNU, Pierre. *Sevilha e a América: nos séculos XVI e XVII*. São Paulo: DIFEL, 1980. p. 171. Segundo Chaunu são os níveis demográficos que interessam à economia. “Não há riquezas se não houver homens”. *Ibidem*. p. 341-342.
- iv PLÁ, Maria Carmen Borrego. *Cartagena de Índias en el Siglo XVI*. Sevilha: EEHA, 1983, p. 63.
- v ¹ *Idem*, *Ibidem*, p. 6.
- vi CHAUNU, Pierre. *op. cit.*, p. 161-172.
- vii PLÁ, Maria Carmen Borrego. *op. cit.*, p. 65.
- viii Destaca-se o temor de um ataque neerlandês principalmente após a tomada de Pernambuco em 1630, notícia que logo chega a Cartagena. ver *Archivo General de Indias, Santa Fe, 63, 43 – Cabildo de Cartagena a SM de 27-03-1623; Archivo General de Indias, Santa Fe, 39, 3, 24 – Carta do governador Francisco de Murga a SM de 16-05-1630, fl.1v.*
- ix *Archivo General de Indias, Santa Fe, 38, 2, 30 – Carta do governador Jerónimo de Suazo a SM de 05-06-1601, fl. 1v.*
- x *Archivo General de Indias, Santa Fe, 39, 3, 23. op. cit., fl.2v.*
- xi *Archivo General de Indias, Santa Fe, 62, 81 – Cabildo de Cartagena a SM de 03-05-1602; Archivo General de Indias, Santa Fe, 63, 13 – Cabildo de Cartagena a SM de 04-07-1614.*
- xii *Archivo General de Indias, Santa Fe, 38, 2, 30 – Carta do governador Jerónimo de Suazo a SM de 05-06-1601, fl. 1.*
- xiii *Archivo General de Indias, Santa Fe, 38, 6, 168 – Carta do governador García Girón a SM de 30-01-1621.*
- xiv *Archivo General de Indias, Santa Fe, 39, 3, 23 – Carta do governador Francisco de Murga a SM de 16-02-1630, fl.1v.*
- xv VIDAL ORTEGA, Antonio. “Un puerto en la región del Caribe: Cartagena de Indias entre el siglo XVI y el siglo XVII”. *Historia y Espacio*. n. 23, Cali, 2004, p. 10-11.
- xvi VILAR, Enriqueta Vila. “Extranjeros en Cartagena (1593-1630)”. In: *Idem. Aspectos sociales em América Colonial*. Bogotá: Instituto Caro y Cuervo, p. 1-4.
- xvii RIVERA, Julián. “Retos e respuestas del municipio de Cartagena de Índias en el siglo XVII”. *Temas Americanistas*, n. 19, Sevilha, 2007, p. 11.
- xviii MARTELO, Martha Elisa Lux. *Las mujeres de Cartagena de Indias en el siglo XVII*. Bogotá: Ediciones Uniandes, 2006, p. XX e XXIX.
- xix MEISEL ROCA, Adolfo; AGUILERA DIAZ, María. “Cartagena de Indias en 1777: un análisis demográfico”. *Boletín Cultural y Bibliográfico*, n. 45, Bogotá, 1997. Os autores se utilizam dos números de

vecinos para fazer tal cálculo. Para 1565 se utiliza os dados de Juan Friede, que indica 250 *vecinos*, para 1630 adota-se o número 1.500 *vecinos* fornecido por Antonio Vásquez de Espinosa. A partir de cálculos realizados obtiveram uma média de quatro habitantes por *vecino*. Os dados de 1684 e 1708 são mais precisos, baseados nas *visitas* feitas à cidade nos respectivos anos.

- xx *Vecino* é o chefe de família que possui habitação independente.
- xxi SOLANO, Francisco. “Las Indias en el siglo XVII”. In: ARÓSTEGUI, Julio. et. al. *Historia de España*. Madrid: Historia 16, 1986, p. 637.
- xxii PLÁ, María Carmen Borrego. op. cit., p. 176. *Tributarios* são os índios varões que tinham entre 18 e 50 anos que pagava tributo, também chamado de *útil*. URIBE, Jaime. “La población indígena de Colombia en el momento de la conquista y sus transformaciones posteriores”. *Anuario Colombiano de Historia Social y de la Cultura*, v.2, Bogotá, 1964, p. 242.
- xxiii Adota-se o cálculo de Julián Rivera, ver nota 24.
- xxiv RIVERA, Julián. *Encomienda y mita en Nueva Granada*. Sevilla: EEHA, 1975, p. 67. Rivera, a partir de dados da *visita* de 1610 encontra um número de 790 índios *tributários*, e calcula uma média de 4,03 pessoas por *tributário*.
- xxv Idem, *Ibidem*. p. 99.
- xxvi MARTELO, Martha Elisa Lux. op. cit., p. 11-13.
- xxvii VILAR, Enriqueta Vila. Op. cit., p. 10.
- xxviii ALONSO, Fermina A. *La Inquisición en Cartagena de Indias durante el siglo XVII*. Madrid: Fundación Universitaria Española, 1999, p. 118, 148, 173 e 273.
- xxix PLÁ, María Carmen Borrego. op. cit., p. 9.
- xxx Archivo General de Indias, Santa Fe, 39, 3, 29 – Carta do governador Francisco de Murga de 06-09-1630, fl.3.
- xxxi PLÁ, María Carmen Borrego. op. cit., p. 9.
- xxxii MARTELO, Martha Elisa Lux. op. cit., p. 2.
- xxxiii MEDINA, José Toribio. *Historia del Tribunal del Santo Oficio de la Inquisición de Cartagena de Indias*. Santiago (Chile): Imprenta Elzeviriana, 1899, p. 202. MARTELO, Martha Elisa Lux. op. cit. 2006, p. XXIX.
- xxxiv PLÁ, María Carmen Borrego. op. cit., p. 9.
- xxxv Idem, *Ibidem*, p. 10.
- xxxvi Archivo General de Indias, Santa Fe, 40, 1, 17 – Carta do governador Francisco de Murga de 19-08-1635, fl.1.
- xxxvii MARTELO, Martha Elisa Lux. op. cit., p. 4.
- xxxviii ALONSO, Fermina A. op. cit., p. 27-28. MEDINA, José Toribio. op. cit., p. 35-44.
- xxxix Archivo General de Indias, Santa Fe, 63, 13 – Cabildo de Cartagena a SM de 17-12-1614; Archivo General de Indias, Santa Fe, 63, 67 – Cabildo de Cartagena a SM de 30-07-1627

-
- xi SPLENDIANI, Anna; BOHÓRQUEZ, José; SALAZAR, Emma. *Cincuenta años de inquisición en el Tribunal de Cartagena de Indias*. Bogotá: Pontificia Universidad Javeriana, 1997, v.1 p. 124.
- xlii Archivo General de Indias I, Santa Fe, 38, 3, 78 – Carta do *teniente* de governador Antonio de Ovando de 09-05-1606.
- xliii MARTELO, Martha Elisa Lux. op. cit., p. XXVIII e 4.
- xliiii PLÁ, Maria Carmen Borrego. op. cit., p. 291.
- xliv Idem, *Ibidem*. p. 292-307
- xlv RIVERA, Julián. op. cit. 2007, p. 3.
- xlvi PLÁ, Maria Carmen Borrego. op. cit, p. 292-298.
- xlvii RIVERA, Julián. op. cit. 2007, p. 5.
- xlviii PLÁ, Maria Carmen Borrego. op. cit, p. 293 e 310.
- xlix Idem, *Ibidem*, p. 29-36.
- I Idem, *Ibidem*. p. 251. As províncias *mayores* são as que onde estavam locadas as *audiencias*, que neste caso atuava como primeira instância judicial e administrativa.
- li RIVERA, Julián. op. cit. 1975. p. XXIII.
- lii PLÁ, Maria Carmen Borrego. op. cit, p. 41.
- liii RIVERA, Julián. op. cit. 1975 p. XXIII.
- liv PLÁ, Maria Carmen Borrego. op. cit., p. 252-255.
- lv Idem, *Ibidem*. p. 274-275.
- lvi Archivo General de Indias, Santa Fe, 39, 5, 68 – Carta de Francisco de Murga a SM de 13-03-1633.
- lvii Archivo General de Indias, Santa Fe, 38, 4, 92 – Carta de Diego Vellasco a SM de 10-06-1609.
- lviii MEDINA, José Toribio. op. cit., p. 76-77.
- lix Idem, *Ibidem*. p. 324-336
- lx ELLIOTT, John. “A Espanha e a América nos séculos XVI e XVII”. In: BETHELL, Leslie (org.). *Historia da América Latina: América latina colonial*. São Paulo: EDUSP, 1998, v.1, p. 288.
- lxi A ideologia que permeava a Coroa espanhola era a busca de riquezas a fim de propagar a fé e o Império. ELLIOTT, John. op. cit., 2007, p. 130.
- lxii Archivo General de Indias, Santa Fe, 991, L. 3 - Registros cedularios de oficio de Cartagena, carta de 28-12-1634, fl. 22v.
- lxiii Archivo General de Indias, Santa Fe, 38, 5, 136 – Carta de Diego de Acuña a SM de 20-01-1616.
- lxiv MARTELO, Martha Elisa Lux. op. cit., p. XXXIII-XXXIV.